

EDUCAÇÃO FÍSICA EM AVALIAÇÕES DE LARGA ESCALA: O CASO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM

Leandro Araujo de Sousa¹
Adriana Eufrásio Braga Sobral²
Nicolino Trompieri Filho³

Resumo

O presente artigo aborda a perspectiva que a avaliação ganhou nos últimos 30 anos, em que esta não se restringe ao desempenho do aluno, mas também possibilita, a partir do seu diagnóstico, o direcionamento de políticas públicas para melhoria da qualidade da educação, em que ocorre em um contexto de larga escala. Sendo estruturados vários sistemas de avaliação, tanto em âmbito municipal, estadual ou nacional, entre eles o ENEM, foco do estudo. Ainda nesse texto, trataremos especificamente da Educação Física, discutindo como esta disciplina tem participado da construção e desenvolvimento dessa avaliação, buscando elencar suas problemáticas e possibilidades. Para tanto, é realizada uma breve discussão da estruturação dos sistemas educacionais, tratando com maior ênfase o ENEM. Logo depois, faz-se um apanhado teórico da avaliação em Educação Física. Finaliza-se com a discussão da disciplina enquanto conteúdo que faz parte da estrutura dessa avaliação.

Palavras-chave: Avaliação em Educação Física. ENEM. Educação Básica.

PHYSICAL EDUCATION IN LARGE SCALE EVALUATION: THE CASE OF HIGH SCHOOL NATIONAL EXAM - ENEM

Abstract

This article discusses the prospect that the evaluation has gained in the last 30 years, in which it is not restricted to student performance, but also it makes possible, from the diagnosis, the targeting of public policies to improve the education quality, that occurs in a large scale context. It is structured several evaluation systems, both at the municipal, state or national level, between them ENEM focus of the study. Also in this text, specifically treat of Physical Education, discussing how this discipline has participated in the construction and development of this evaluation, seeking to list its problems and possibilities. Therefore, it is held a brief discussion of the educational systems structure, dealing ENEM with more emphasis. Soon after, it is a theoretical overview of evaluation in Physical Education. It ends with a discussion of the course content as part of this evaluation framework.

Keywords: Evaluation in Physical Education. ENEM . National exam. Basic education.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Exercício Físico e Saúde pela Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Avaliação do Conhecimento em Educação Física e Esportes (Grupo ACEFE/FCRS). Professor da Rede Estadual do Ceará (SEDUC/CE). Email: leandrosousaifce@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC. Pesquisadora do Núcleo de Avaliação Educacional (NAVE/UFC/CNPq). Email: adrianaufc@yahoo.com.br

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC. Pesquisador do Núcleo de Avaliação Educacional (NAVE/UFC/CNPq). Email: trompieri@hotmail.com

Introdução

Avaliar é estabelecer comparações, contrastar uma situação real observada com uma referência, um ideal ou um paradigma para identificar diferenças que os afastam (SOUSA, 1994). As primeiras concepções de avaliação da aprendizagem estavam ligadas à ideia de medir, direcionada à avaliação do desempenho dos alunos (DEPRESBITERIS, 1989). Historicamente no Brasil, a avaliação tem sido realizada através de testes, entendida como provas objetivas, que a partir da década de 1960, quando são incorporadas às avaliações dos vestibulares, passam a ter significado e exercer alguma influência na concepção de avaliação em larga escala (VIANNA, 1985).

Atualmente, as avaliações não se limitam à verificação do desempenho dos estudantes, mas também estão sendo integradas a programas de qualidade, a partir da nova orientação das avaliações ocorrida com os grandes investimentos na área de educação realizados por instituições financeiras, passando a exigir o diagnóstico dos efeitos dos empreendimentos (VIANNA, 1997).

A partir disso, a concepção de avaliação em larga escala aparece com foco direcionado para todo o sistema educacional, em que o objetivo é verificar a qualidade da educação (LIMA; GOMES; ANDRIOLA, 2014), possibilitando o direcionamento de políticas públicas para a sua melhoria. Assim, são estruturados sistemas nacionais de avaliação voltados para o Ensino Fundamental, Médio e Educação Superior.

Entre eles podemos encontrar: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que busca diagnosticar o rendimento dos alunos do Ensino Fundamental e Médio; o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que avalia o desempenho de egressos e alunos dessa etapa e; o Exame Nacional e Certificação de Jovens e Adultos (ENCCEJA) que avalia esse público em nível de Ensino Fundamental (BRASIL, 2002a; 2002b; 2008). Além destes, os estados também elaboram seus sistemas de avaliação, destacando-se pelo pioneirismo: o programa de avaliação do desempenho da Rede Pública de ensino do Estado de Pernambuco em 1991; o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) em 1992; e o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), surgido em 1992 (HORTA NETO, 2007). Encontra-se também, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), dedicado a esse nível de ensino, instituído em 2004 e tem o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes (BRASIL, 2004).

As avaliações nacionais em larga escala da Educação Básica concentram esforços nas disciplinas de português e matemática. A exceção é o ENEM e ENCCEJA que avaliam todas as disciplinas do Ensino Médio, embora com mais ênfase nessas áreas. No caso do ENEM, a Educação Física foi inserida em sua matriz de referência em 2009. Desde então foi possível identificar pelo menos 18 questões relacionadas ao objeto de estudo da Educação Física (FERNANDES; RODRIGUES; NARDON, 2013). Com isso, foi fortalecida a necessidade de avaliar cognitivamente os alunos desse nível de ensino na disciplina de Educação Física.

Com isso, este estudo tem o objetivo de realizar um levantamento bibliográfico referente à Educação Física nas avaliações em larga escala, buscando levantar as problemáticas e possibilidades.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo se caracteriza como exploratório, em que será utilizada a pesquisa bibliográfica como referencial teórico-metodológico. A pesquisa bibliográfica caracteriza-se por realizar uma seleção de documentos que estão associados ao problema de pesquisa (MACEDO, 1994). Ainda segundo Lakatos e Marconi (1991) essa metodologia de pesquisa abrange toda a bibliografia já publicada sobre o tema proposto.

Para a pesquisa utilizamos os documentos oficiais disponíveis no site do Ministério da Educação (MEC), tais como legislações (portarias, decretos), editais do exame e documentos básicos de referência (PCN's). Subsidiámo-nos também de pesquisa nos meios eletrônicos de divulgação científica: Scielo, Google Acadêmico. Busca que também foi realizada nos principais periódicos da área de Educação e Educação Física.

Na busca nos utilizamos das seguintes palavras-chave: “Avaliação em Educação Física”, “Avaliação Educacional” e “ENEM”. Os artigos foram selecionados a priori a partir do título e utilizados os que tinham relação direta com a temática. Após esse filtro, foram selecionados, a partir da leitura do resumo, apenas os que abordavam a temática de discussão deste estudo.

Origem e Concepção das Avaliações em Larga Escala no Brasil

As primeiras medições em educação no Brasil remontam ao início do século XX, em que buscavam levantar dados sobre o quantitativo de escolas, professores,

matrículas, repetências (HORTA NETO, 2007). Entretanto, já no século XIX, nos Estados Unidos, ocorreram experiências na elaboração de um sistema de testagem para avaliar em larga escala com finalidade de sugerir melhorias para a educação (DESPREBITERIS, 1989).

As discussões sobre avaliações em larga escala e a elaboração de um projeto piloto no Brasil, visando à qualidade da educação, ocorreram a partir da década de 1980 (WAISELFISZ, 1991; GATTI, 2013). No entanto, foi na década de 1990 que as avaliações passam a ser utilizadas em diferentes níveis administrativos, buscando soluções para alguns problemas educacionais e na tentativa de que seus resultados pudessem determinar o bom desempenho dos estudantes (VIANNA, 2003). Todavia, para o autor, as avaliações tão somente fazem o diagnóstico dos problemas, mas por si só, não os solucionam, sendo necessário traçar outros caminhos.

As problemáticas das avaliações na Educação Básica ficaram mais evidentes por conta da ampla divulgação dos resultados centralizados no rendimento dos alunos e no desempenho dos sistemas de ensino que foram insatisfatórios (COELHO, 2008). Atualmente, as avaliações de larga escala são consideradas um procedimento necessário para formulação e monitoramento de políticas educacionais, tendo em vista uma gestão para aprimoramento de sua qualidade (LIMA, 2012). A partir disso, surgiram sistemas de avaliação de abrangência nacional, estadual e municipal e nos diferentes níveis de ensino com finalidade de atender essas demandas. Neste texto será dada ênfase ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM

A partir da expansão dos sistemas de avaliação em larga escala nos diversos níveis de ensino, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) cria o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que é instituído pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) Nº 438 de 28 de maio de 1998 para ser aplicado anualmente aos egressos e estudantes no final do Ensino Médio, com a finalidade de avaliar os conhecimentos necessários para o exercício da cidadania (BRASIL, 1998). De acordo com a referida lei, os objetivos do exame estão voltados para a autoavaliação e como processo alternativo para o ingresso no mercado de trabalho, ensino profissionalizante e ensino superior.

Com essas características, o processo teve pouca participação nas suas primeiras edições, chegando a pouco mais que 150 mil inscritos na primeira aplicação. No

entanto, isso foi mudando com algumas reformulações que ocorreram. Entre elas encontra-se: a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2004, na qual oferece bolsa para estudantes a partir das notas do ENEM (BRASIL, 2004); a implementação do Sistema de Seleção Unificado (SISU) em 2010 com a utilização das notas do ENEM de 2009 (BRASIL, 2010a), em que grande número de instituições passa a adota-lo como forma de ingresso em seus cursos (VIGGIANO e MATTOS, 2013); a obrigatoriedade da nota do ENEM para a contratação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em 2010 (BRASIL, 2010b). Com essas mudanças o número de inscritos no exame chegou a mais de 8,7 milhões de inscritos em 2014 segundo dados do INEP.

O ENEM é uma prova constituída de itens de múltipla escolha e uma redação, na qual busca avaliar competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos no decorrer da Educação Básica, sendo orientada por uma matriz de referência construída especificamente para o exame (BRASIL, 2002).

A matriz de referência atualmente é dividida em quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que contempla os conhecimentos de Português, Educação Física, Artes, Língua Estrangeira Moderna e Tecnologia da Informação e Comunicação; Ciências da Natureza e suas Tecnologias, que abrange a Biologia, Química e Física; Ciências Humanas e suas Tecnologias, envolvendo a História, Geografia, Sociologia e Filosofia e; Matemática e suas Tecnologias (INEP, 2013).

Para aprimorar a técnica de análise dos resultados, a partir de 2009 a Teoria da Resposta ao Item (TRI) foi incorporada ao exame. Para Corti (2013) e Gatti (2013) com essa inovação foi possível tornar os resultados comparáveis, tanto das diferentes populações, contextos ou com resultados anteriores, embora com alguns questionamentos. Segundo Viggiano e Mattos (2013) com a TRI é possível considerar que duas avaliações distintas que sejam construídas com base nas mesmas competências e habilidades de uma matriz de referência sejam equivalentes.

Educação Física em Avaliações de Larga Escala

Historicamente, o ensino de Educação Física esteve vinculado às tendências militaristas, esportivistas e higienistas, em que as práticas avaliativas se pautavam nos testes de aptidão física, em que prevalecia a análise dos níveis de força, velocidade,

resistência cardiorrespiratória e outras capacidades físicas dos alunos (PONTES JUNIOR e TROMPIERI FILHO, 2011).

A partir da década de 1980, com a redemocratização do Estado brasileiro, surgem novas abordagens que orientam a Educação Física em contraponto às concepções ora vigentes (DARIDO, 2011), influenciando também nas práticas avaliativas. Na segunda metade da década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 2010) e com a inserção da Educação Física como componente curricular das escolas, são elaborados documentos de orientação para a disciplina, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (BRASIL, 2000).

Os PCN's de Educação Física, além das dimensões motora e sócio-afetiva, enfatizam competências e habilidades cognitivas. Com isso, os aspectos teóricos antes esquecidos passam a ganhar importância, em que instrumentos como provas são agregados no processo de avaliação como mostra os estudos de Pontes Junior, Soares e Trompieri Filho (2014a), que ao analisar a perspectiva discente sobre os instrumentos de avaliação em Educação Física, constatou-se que trabalhos escritos e provas escritas estão entre os instrumentos mais utilizados nas aulas.

Ao avaliar é necessário definir os objetivos. Em Educação Física os objetivos educacionais estão ligados às capacidades físico-esportivas, cognitivas e sócio-afetivas (PONTES JUNIOR; SOARES; TROMPIERI FILHO, 2014b). Precisa-se observar também que os objetivos educacionais devem contemplar toda diversidade de comportamentos a serem desenvolvidos durante o programa educacional. Para tanto, Benjamin S. Bloom e Associados propõem uma Taxonomia dos Objetivos Educacionais dividida nos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor (BLOOM et al., 1956).

Para Arslan, Erturan e Demirhan (2013) entre os objetivos da Educação Física está o desenvolvimento da aptidão física e do estilo de vida ativo e saudável, como também aspectos afetivos, cognitivos, sociais e psicomotores dos alunos, em que esses devem ser medidos e avaliados. Segundo os autores, entre os desafios dos professores de Educação Física está a desenvolvimento de avaliações significativas que analisem o progresso do aluno na realização dos objetivos educacionais.

No Brasil, as avaliações em larga escala passaram a ser discutidas na década de 1980 (GATTI, 2013). Isso fez com que fossem desenvolvidos estudos sobre sistemas educacionais, escolas, rendimentos dos alunos, insumos e oportunidades educacionais (FREITAS, 2013). A partir disso, apesar do desenvolvimento ocorrido nessa área, ainda há muito a se investigar.

As problemáticas que permeiam a avaliação educacional, como a seleção de instrumentos e o uso dos resultados, têm sido amplamente discutidas pelos pesquisadores, estudiosos, professores e pessoas ligadas direta ou indiretamente à avaliação. Em Educação Física esse tema é ainda mais polêmico por causa da sua multiplicidade de objetivos ligados aos aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais, exigindo uma variedade de instrumentos que contemplem todos esses fatores.

Por ser recente, estudos que se debruçam na análise da Educação Física em avaliações de larga escala ainda são escassos. Encontram-se estudos que analisam as influências da inserção da Educação Física na matriz de referência do ENEM nos currículos e na prática dos professores (BELTRÃO, 2014); que discutem a “desvantagem” dos estudantes do turno noturno, já que alguns são isentos da disciplina por determinação legal (FERNANDES, RODRIGUES e NARDON, 2013) e que analisam qualitativamente os itens de Educação Física do ENEM (SOUZA JÚNIOR, 2012).

Entre os estudos que envolvessem a temática no Brasil encontra-se o de Pontes Junior, Trompieri Filho e Almeida (2014), em que a partir da perspectiva de professores e pesquisadores de Educação Física no Ensino Fundamental foi desenvolvida e validada uma matriz de referência para avaliação cognitiva em larga escala dos conteúdos da Educação Física (9º ano do Ensino Fundamental). A matriz contempla três dimensões: dimensão sociocultural das práticas corporais; dimensão biológico-funcional da atividade física e; dimensão técnico-competitiva dos esportes, podendo ser usada como parâmetro para avaliação do referido nível de ensino.

Com a consolidação da Educação Física como componente curricular obrigatório da Educação Básica (BRASIL, 2013) e os aspectos cognitivos da disciplina ressaltados nos PCN's (BRASIL, 2000), passaram a ter uma preocupação com os conhecimentos adquiridos pelos alunos a cerca da área.

Quando se trata de avaliação cognitiva em Educação Física, percebe-se certa resistência de alguns professores e pesquisadores da área. Todavia, a partir da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a dimensão cognitiva do ensino de Educação Física ganhou destaque, uma vez que, o documento ressalta o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas específicas para esse componente curricular (BRASIL, 1998; 2000). Essas medidas contribuíram para que os conteúdos da Educação Física fossem incluídos na Matriz de Referência do ENEM em

2009, desde então, itens relacionados a essa disciplina têm sido contemplados nessa avaliação.

A partir disso, os conhecimentos da disciplina passam a ser requisitados na resolução da prova e desde então já foram aplicadas seis provas em que duas foram canceladas por vazamento de conteúdo, sendo que nestas, foi possível identificar pelo menos 18 itens que tinham conteúdos relacionados com a Educação Física (FERNANDES, RODRIGUES e NARDON, 2013).

A Educação Física está inserida na Matriz de Referência do ENEM na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Isso ocorre porque a disciplina trabalha com linguagem corporal. Segundo Santos, Marcon e Trentin (2012) isso se explica porque o uso da linguagem do corpo possibilita e estimula a comunicação das diferentes culturas, em que os alunos interagem com a cultura corporal.

Competência de área 3 - Compreender e usar a linguagem corporal como relevante para a própria vida, integradora social e formadora da identidade.

H9 - Reconhecer as manifestações corporais de movimento como originárias de necessidades cotidianas de um grupo social.

H10 - Reconhecer a necessidade de transformação de hábitos corporais em função das necessidades cinestésicas.

H11 - Reconhecer a linguagem corporal como meio de interação social, considerando os limites de desempenho e as alternativas de adaptação para diferentes indivíduos (BRASIL, 2015).

As referidas habilidades estão relacionadas a um conjunto de conteúdos que são necessários para desenvolvê-las e são denominadas de objetos de conhecimento associados à Matriz de Referência.

Estudo das práticas corporais: a linguagem corporal como integradora social e formadora de identidade – performance corporal e identidades juvenis; possibilidades de vivência crítica e emancipada do lazer; mitos e verdades sobre os corpos masculino e feminino na sociedade atual; exercício físico e saúde; o corpo e a expressão artística e cultural; o corpo no mundo dos símbolos e como produção da cultura; práticas corporais e autonomia; condicionamentos e esforços físicos; o esporte; a dança; as lutas; os jogos; as brincadeiras (BRASIL, 2015).

Beltrão (2014) reconhece a importância do ENEM como um instrumento de diagnóstico da educação, possibilitando a definição de políticas públicas, todavia, admite que a inserção da Educação Física nesse e em outros exames pode influenciar a prática docente, em que as aulas podem se resumir a preparação para a prova. Assim, segundo o autor, a disciplina passaria a teorizar sobre as manifestações da cultura corporal e não mais praticá-las. Mas é importante ressaltar também que os aspectos

teóricos referentes aos conteúdos também são importantes, uma vez que poderá levar os alunos a tomarem consciência do contexto em que estas manifestações estão inseridas, permitindo uma prática crítica e reflexiva.

Considerações Finais

A Educação Física enquanto parte de avaliações de larga escala é recente. No entanto, já exerce alguma influência na prática dos professores de Educação Básica, em que esses já incorporam aulas teóricas e realizam avaliações do conhecimento adquiridos pelos alunos nessa disciplina.

Todavia, ainda há muito a se investigar: I) As características do itens utilizados nas avaliações em larga escala; II) A qualidade técnico-pedagógica e métrica desses itens; III) O desempenho dos participantes nas avaliação em larga escala em relação aos itens de Educação Física.

Esperamos, assim, com o estudo, contribuir com a sistematização do conhecimento no que se refere à Educação Física em avaliações de larga escala, apresentando as problemáticas que envolvem o tema e discutindo as possibilidades de estudo na área.

Referências

ARSLAN, Y.; ERTURAN İLKER, G.; DEMİRHAN, G. Evaluation Development Program on Pre-service Physical Education Teachers' Perceptions Related to Measurement and Evaluation. **Educational Sciences: Theory & Practice**, v. 13, n. 2, Spring, p. 1119-1124, 2013.

BELTRÃO, J. A. A educação física na escola do vestibular: as possíveis implicações do ENEM. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 819-840, abr./jun. de 2014.

BLOOM, B. S et. al. **Taxonomy of Educational Objectives, the classification of educational goals – Handbook I: Cognitive Domain**. New York: Mc Kay, 1956.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. **Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM: Documento Básico**. Brasília, 2002a.

BRASIL. **Livro introdutório: Documento básico: ensino fundamental e médio**. Brasília: MEC: INEP, 2002b.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências.** Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes.** 18. ed. Brasília, DF, 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 10, de 10 de abril de 2010. Dispõe sobre procedimentos para inscrição e contratação de financiamento estudantil a ser concedido pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).** Brasília, DF, 2010b.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores.** Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL. Inep. Ministério da Educação. **Edital Nº 6, de 15 de maio de 2015 Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2015.** 2015 Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2015/edital_enem_2015.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2015.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Boletim do Sistema de Avaliação SPAECE – 2012.** Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd, Juiz de Fora, v. 3, jan./dez., 2012.

COELHO, M. I. M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil aprendizagens e desafios. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

CORTI, A. P. As diversas faces do ENEM: análise do perfil dos participantes (1999-2007). **Est. Aval. Educ.** [online], vol.24, n.55, pp. 198-221, 2013. ISSN 0103-6831

DEPRESBITERIS, L. Avaliação de programas e avaliação da aprendizagem. **Educação e Seleção**, n. 19, p. 5-31, 1989.

DARIDO, S.C. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica.** 2 ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2011.

FERNANDES, A.; RODRIGUES, H. A.; NARDON, T. A. A inserção dos conteúdos de educação física no ENEM: entre a valorização do componente curricular e as contradições da democracia. **Motrivivência**, nº 40, p. 13-24, Jun., 2013.

FREITAS, D. N. T. **Avaliação da educação básica no Brasil: origens e pressupostos.** In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origens e pressupostos.** Florianópolis: Insular, 2013.

GATTI, B. A. **Possibilidades e fundamentos de avaliação em larga-escala: primórdios e perspectivas contemporâneas.** In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. R. **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origens e pressupostos.** Florianópolis: Insular, 2013.

HORTA NETO, J. L. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación.** n. 42, v. 5, 2007.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): relatório pedagógico 2009-2010.** Brasília: O Instituto, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, A. C. Ciclo de avaliação da educação básica do Ceará: principais resultados. **Est. Aval. Educ.,** São Paulo, v. 23, n. 53, p. 38-58, set/dez., 2012.

LIMA, A. M. G.; GOMES, C. A. S.; ANDRIOLA, W. B. **Sistemas nacionais de avaliação: da educação básica ao ensino superior.** In: LEITE, R. H. (org.). **Diálogos em avaliação educacional.** Fortaleza, Edições UFC, 2014.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa.** 2ª ed. revista, São Paulo: Edições Loyola, 1994.

PONTES JUNIOR, J. A. F.; TROMPIERI FILHO, N. Avaliação do ensino-aprendizagem na Educação Física escolar. **EFDeportes.com-Revista Digital.** Buenos Aires, nº 161, 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd161/avaliacao-na-educacao-fisica-escolar.htm>. Acesso em 07/10/2014.

PONTES JUNIOR, J. A. F.; SOARES, E. S.; TROMPIERI FILHO, N. Expectativa discente sobre os instrumentos de avaliação na educação física escolar. In: **Livro de Actas do I Seminário Internacional, aprendizagem e Rendimento.** Braga: Universidade do Minho, Centro de Investigação em Educação (CIED), 2014.a

PONTES JUNIOR, J. A. F.; SOARES, E. S.; TROMPIERI FILHO, N. Utilização das escalas de medidas na avaliação da aprendizagem na educação física escolar. In: LEITE, Raimundo Hélio (org.). **Diálogos em avaliação educacional.** Fortaleza, Edições UFC, 2014.b

PONTES JUNIOR, J. A. F.; ALMEIDA, L. S.; TROMPIERI FILHO, N. Avaliação cognitiva em larga escala dos conteúdos da Educação Física escolar. **Bordón: revista de pedagogía,** v. 66, p. 9-25, 2014.c

SANTOS, M. F.; MARCON, D.; TRENTIN, D. T. Inserção da educação física na área de linguagens, códigos e suas tecnologias. **Motriz**, Rio Claro, v.18 n.3, p.571-580, jul./set. 2012.

SOUSA, E. M. Políticas públicas e a questão da avaliação. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.** [online]. 1994, vol.01, n.02, pp. 51-59. ISSN 0104-4036.

SOUZA JÚNIOR, O. M.; DINIZ, I. K. S.; DITOMASO, A.; DARIDO, S. C. Educação física no ENEM: análise das questões à luz dos PCN's. **II Congresso Internacional de Educação Física, Esporte e Lazer**. São Carlos, SP, 2012.

VIANNA, H. M. Provas e testes no concurso vestibular. **Educação e Seleção**, n.12, p. 47-72, 1985.

VIANNA, H. M. Avaliação: considerações teóricas e posicionamentos. **Est. Aval. Educ.** [online]. 1997, n.16, pp. 05-36. ISSN 0103-6831.

VIANNA, H. M. **Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas**. São Paulo: DPE, 2003.

VIGGIANO, E.; MATTOS, C. O desempenho de estudantes no ENEM 2010 em diferentes regiões brasileiras. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (online), Brasília, v. 94, n. 237, p. 417-438, mai./ago., 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. O sistema nacional de avaliação do ensino público de 1º grau. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, n.4, p.65-72, 1991.